

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
CONCURSOS PÚBLICOS – Edital n.º 1/98 – FCP/INSS, de 11/2/98

FISCAL DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Nas questões de **51 a 100**, marque, de acordo com o comando de cada uma delas:

Use a Folha de Rascunho para as devidas marcações e, posteriormente, a **Folha de Respostas**.

GRUPO II

GRUPO II

GRUPO II

LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Itens **CERTOS**, na coluna **C**;
Itens **ERRADOS**, na coluna **E**.

QUESTÃO 51

Acerca das origens e da evolução legislativa da seguridade social no Brasil, julgue os itens abaixo.

1. A Lei Eloy Chaves (Decreto Legislativo n.º 4.682, de 1923), primeira norma a instituir no Brasil a previdência social, que criou as caixas de aposentadorias por invalidez e ordinária, pensão por morte e assistência médica, apenas alcançou os empregados das empresas de estradas de ferro, cujas funções estivessem definidas como de maior risco, em face da atividade empresarial desenvolvida.
2. O Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Marítimos, criado pelo Decreto n.º 22.872, de 1933, teve como associados, desde a sua criação, os empregados das empresas de navegação marítima e fluvial, seus próprios funcionários, prestadores de serviços subordinados a empresas a elas vinculadas, além de armadores de pesca, pescadores e indivíduos empregados em profissões conexas com a indústria de pesca.
3. A Constituição Federal de 1934, além de definir a competência da União para fixar regras de assistência social, reservando ao Congresso a competência para fixar normas sobre aposentadoria, estabeleceu a forma tríplice de custeio do sistema, envolvendo ente público, empregado e empregador, e previu o caráter obrigatório da contribuição.
4. A Carta Magna promulgada em 1946 consagrou a previdência social à proteção da maternidade e contra as conseqüência da doença, da velhice, da invalidez e da morte, além de prever, em caráter programático, a instituição de benefício destinado a suprir o

desemprego involuntário, o que apenas foi atendido com a edição, em 1965, da lei que criou o auxílio-desemprego.

5. O Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS), introduzido em 1977, buscou reorganizar a previdência social, integrando suas diversas atividades, por meio de órgãos tais como: INPS, INAMPS, FUNABEM, DATAPREV e IAPAS.

QUESTÃO 52

A respeito da seguridade social e de seus princípios informativos, julgue os itens a seguir.

1. Seguridade social é um conjunto de princípios, normas e instituições destinado a estabelecer um sistema de proteção social aos indivíduos contra contingências que os impeçam de prover as suas necessidades pessoais básicas e de suas famílias, integrado por iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, visando assegurar os direitos relativo à saúde, à previdência e à assistência social.
2. O princípio constitucional da universalidade da cobertura e do atendimento, que informa ao ideal de que todos os residentes no país será garantida igual cobertura diante da mesma contingência ou circunstância, desde que atendidos certos requisitos e observadas determinadas condições, definidos pela legislação previdenciária.
3. O princípio da irredutibilidade do valor dos benefícios objetiva preservar o respectivo poder aquisitivo, diante de contingências da economia

nacional, sendo certo que o valor reajustado dos benefícios não poderá superar o salário-de-benefício do segurado vigente na data do reajustamento, respeitando-se, todavia, o direitos adquiridos.

4. O princípio da preexistência do custeio em relação ao benefício ou serviço admite apenas uma única exceção, identificável nas prestações da assistência social, para cujo acesso não há necessidade de qualquer contribuição por parte do segurado.
5. O princípio da tríplice forma de custeio, que estatui a obrigação dos entes públicos, empregados e empregadores para a seguridade social, admite, como única exceção, a receita dos concursos de prognósticos, facultando-se à União, mediante lei complementar, instituição de outras contribuições, a partir de fatos geradores contemplados pela legislação fiscal.

QUESTÃO 53

Em relação ao direito da seguridade social e a seus princípios próprios, julgue os itens seguintes.

1. O direito da seguridade social, detentor de reconhecida autonomia em relação a outros ramos da ciência jurídica e situado no âmbito do direito público, tem como fontes formais a Constituição, as leis complementares e ordinárias, os decretos e outros atos normativos expedidos pelo Poder Executivo.
2. Quando mais de uma norma previdenciária for aplicável à mesma situação de fato, ensejando a concessão de benefícios, prevalecerá a que menos custos acarrete à previdência social.
3. Não se admite o uso da analogia ou da equidade no âmbito do direito da seguridade social, para fins de definição de hipóteses suscetíveis de autorizarem a concessão de benefícios previdenciários, já que o princípio da reserva legal atribui tal função ao exclusivo juízo do legislador ordinário, de acordo com as regras e os princípios que orientam o sistema.
4. As contribuições sociais destinadas ao custeio da seguridade social apenas serão exigíveis no

exercícios seguinte ao da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, de acordo com o princípio da anualidade, que limita o poder de atribuir.

5. Na hipótese de contradição entre dispositivo da Lei n.º 8.213/91, que trata dos Planos de Benefícios da Previdência Social, e preceito inserido no decreto que a regulamentou, será aplicável a norma mais favorável ao interesse da autarquia previdenciária.

QUESTÃO 54

Quanto aos segurados da previdência social, julgue os itens que se seguem.

1. Podem assumir a condição de segurados facultativos: a dona - de - casa, o estudante menor de quatorze anos, o síndico de condomínio, o bolsista e o estagiário assim definidos em lei, além do presidiário que não exerce atividade remunerada.
2. Na condição de segurado facultativo, poderão inscrever-se o brasileiro que acompanha cônjuge que presta serviços no exterior e aquele que perdeu a condição de segurado obrigatório em face do desemprego.
3. O magistrado classista temporário da justiça do trabalho, quando já aposentado por qualquer regime, é equiparado a trabalhador autônomo, sendo considerado segurado obrigatório da previdência social.
4. O trabalhador que exerce atividade portuária de capatazia, estiva, conferência e conserto de carga, vigilância de embarcação e bloco, com intermediação obrigatória do sindicato da categoria ou do órgão gestor de mão-de-obra, é segurado obrigatório da previdência social, na condição de empregado.
5. É filiado ao Regime da Previdência Social (RGPS), na condição de trabalhador avulso, aquele que presta serviços de natureza urbana ou rural, sem habitualidade, a uma ou mais empresas, sem relação de emprego.

QUESTÃO 55

Ainda com relação aos segurados, julgue os seguintes itens.

1. Os segurados especiais da previdência social, assim considerados, entre outros, o pescador artesanal e seus assemelhados que exercem suas atividades individualmente ou em regime de economia familiar, com ou sem o auxílio de terceiros, podem contribuir facultativamente, de acordo com os mesmos critérios definidos para o trabalhador autônomo, sem prejuízo da contribuição incidente sobre o rendimento bruto auferido com a comercialização da produção.
2. O servidor público civil ou militar da União apenas poderá filiar-se ao RGPS, na condição de segurado facultativo, quando acompanhar cônjuge que presta serviços no exterior, salvo se estiver vinculado a regime próprio de previdência.
3. O segurado, na condição de empregado ou trabalhador avulso, que exerce atividade rural concomitante, em regime de economia familiar, poderá também vincular-se ao RGPS, na condição de segurado especial.
4. São filiados obrigatório ao RGPS, como equiparados a trabalhador autônomo, o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada e de congregação ou de ordem religiosa, quando por ela mantido, salvo se filiado obrigatoriamente a outro regime de previdência, ainda que na condição de inativo.
5. O empresário que integrar mais de uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, em áreas distintas de exploração mercantil, contribuirá em relação a cada uma delas, salvo se não participar da gestão ou auferir rendimento por trabalho prestado a mais de uma empresa.

QUESTÃO 56

A respeito da vinculação obrigatória à previdência, julgue os abaixo.

1. O pequeno feirante, que adquire para revenda produtos hortifrutigranjeiros ou assemelhados, é

segurado obrigatório da previdência social, na qualidade de empresário.

2. Na condição de trabalhador autônomo, vincula-se obrigatoriamente à previdência social o sujeito que exerce, por conta própria, atividade econômica remunerada de natureza urbana, com fins lucrativos ou não.
3. O trabalhador associado a cooperativa que, nessa qualidade, presta serviços a terceiro, pela inexistência de vínculo empregatício, é segurado obrigatório da previdência, na condição de trabalhador autônomo.
4. Considera-se empresário, para fins de enquadramento na previdência social, o síndico ou representante eleito ou contratado para exercer atividade de direção condominial.
5. O membro do conselho fiscal de sociedade por ações é segurado obrigatório da previdência social, na condição de empresário.

QUESTÃO 57

Acerca do financiamento da seguridade social, julgue os itens a seguir.

1. Salário-de-contribuição é o critério definido como base de cálculo da contribuição devida à seguridade social, não correspondendo, para toda e qualquer classe de segurados, ao valor do rendimento mensal efetivamente auferido, salvo nos casos dos segurados empregado e trabalhador avulso, em relação aos quais são computados, para fim de contribuição à seguridade social, a totalidade de seus ganhos habituais de qualquer natureza.
2. A alíquota de contribuição dos segurados empresário, facultativo, trabalhador autônomo e equiparado corresponde a 20% do salário-base referente à classe em que estiver enquadrado, facultado o pagamento antecipado de contribuições com o propósito de suprir os interstícios mínimos entre cada uma das classes, bem como a progressão e a regressão entre as classes.

3. Todas as contribuições sociais, assim definidas pela lei que institui o Plano de Custeio da Seguridade Social, podem se usadas para financiamento das despesas com pessoal e administração geral do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).
4. O salário-de-contribuição do empregado e do trabalhador avulso deve observar limites mínimo (piso legal ou convencional da categoria ou salário mínimo) e máximo (teto para a contribuição), jamais alcançando o valor total das diárias recebidas, se diretamente vinculadas ao custeio de despesas extras geradas em função de viagens.
5. O aposentado que retornar ao exercício de atividade sujeita a salário-base será enquadrado na classe inicial da tabela de contribuições, computando-se pela metade os períodos de interstícios exigidos.

QUESTÃO 58

Ainda com relação ao financiamento da seguridade social, julgue os itens seguintes.

1. O valor da contribuição devida pelos bancos comerciais, de investimento ou desenvolvimento, cuja base é o total das remunerações pagas ou creditadas a qualquer título aos segurados empregados, é de 22,5%, sendo reduzida a 17,5%, quando se tratarem de pagamentos feitos a empresários, avulsos, autônomos e equiparados.
2. As associações desportivas que mantenham equipe de futebol profissional contribuirão com o pagamento de 5% da receita líquida resultante dos espetáculos desportivos de que participem em todo o território nacional, em qualquer modalidade desportiva, inclusive jogos internacionais, computadas as receitas provenientes de quaisquer formas de patrocínio, licenciamento de uso de marcas e símbolos, de publicidade, propaganda e transmissão de espetáculos desportivos, cabendo à entidade promotora do evento a responsabilidade pela retenção de tais valores e pelo respectivo recolhimento aos cofres da seguridade cofres da seguridade, no prazo de quarenta e oito horas após a sua realização.

3. As contribuições devidas pelas empresas para custeio dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa proveniente de riscos ambientais do trabalho serão proporcionais aos riscos presente em cada uma das atividades preponderantes por elas desenvolvidas e terão como base de cálculo os respectivos faturamentos mensais.
4. Os investimentos em programas de prevenção de acidentes, cujo resultados sejam apurados em inspeções, poderão acarretar a redução do percentual das contribuições devidas pelas empresas.
5. O empregador rural pessoa física contribui para a seguridade com o equivalente a 2,5% da receita bruta proveniente da comercialização da sua produção e com 0,1% sobre essa mesma base de cálculo para custeio das prestações por acidente de trabalho.

QUESTÃO 59

Julgue os itens que se seguem.

1. O segurado detentor de dupla vinculação ao RGPS, por exercer atividade sujeita a salário-base e concomitantemente ostentar a condição de empregado, contribuirá apenas com relação a uma dessas atividades, se a soma de seus salários-de-contribuição ultrapassar o dobro do limite máximo estabelecido para a contribuição.
2. O salário-base, conceito particular do gênero salário-de-contribuição, é usado para cálculo da contribuição dos segurados empresário, facultativo, trabalhador autônomo e equiparados, a qual corresponde ao percentual de 20% sobre os valores estabelecidos para cada uma das classes de contribuintes, respeitando-se os respectivos períodos mínimos de permanência e valor máximo do salário-de-contribuição.
3. O empregador domésticos contribui para a seguridade no percentual total de 12% sobre a remuneração do trabalhador a seu serviço, já computada, no percentual referido, a contribuição correspondente a 1% do mesmo salário-de-

contribuição devida para custeio das prestações acidentárias.

4. A Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), instituída pela Lei Complementar n.º 70, de 1991, devida pelas pessoas jurídicas ou a elas equiparadas pela legislação do imposto de renda, corresponde a 2% do faturamento mensal, estando isentas de seu recolhimento as microempresas que optarem pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES).
5. A contribuição incidente sobre o lucro, prevista pela Constituição Federal de 1988, alcança também o produtor rural pessoa física e o segurado especial, apenas não lhes sendo cobrada na ausência de lucro real ou presumido no exercício correspondente.

QUESTÃO 60

Julgue os seguintes itens.

1. Compete ao INSS arrecadar, fiscalizar, lançar e normatizar o recolhimento das contribuições sociais devidas pelas empresas, incidentes sobre a remuneração paga ou creditada aos segurados a seu serviço, cabendo à Secretaria da Receita Federal (SRF) idênticas atribuições em relação às contribuições incidentes sobre a receita dos concursos prognósticos.
2. As contribuições sociais devidas pelas pessoas jurídicas e a elas equiparadas pela legislação do imposto de renda, incidentes sobre o faturamento e o lucro, estão inseridas no âmbito de competência da SRF, a quem cabe adotar todas as medidas necessárias à sua satisfação, inclusive promovendo a sua cobrança e aplicando as sanções administrativas cabíveis.
3. A contabilidade das empresas deverá estar permanentemente aberta à fiscalização do INSS e da SRF, inclusive quando submetidas a processos de liquidação, cabendo a estes órgãos, em caso de recusa ou sonegação de documentos ou de sua apresentação imperfeita e sem prejuízo da sanção

administrativa cabível, inscrever de ofício importância considerada devida, ressalvado, em qualquer hipótese, o direito de contraprova às empresas ou ao segurado.

4. Constatando a fiscalização que a escrituração contábil de determinada empresa não registra o movimento real da remuneração e do lucro, o valor das contribuições devidas será apurado por aferição indireta.
5. Caberá à fiscalização da SRF, na hipótese de não-comprovação regular de montante de salários pagos em decorrência de execução de obra de construção civil, proceder ao arbitramento administrativo correspondente, a partir do cálculo da mão-de-obra empregada, proporcional à área construída e ao padrão de execução da obra, cabendo apenas ao respectivo dono da obra o ônus da prova contrária.

QUESTÃO 61

Julgue os itens abaixo.

1. Cabe à fiscalização da SRF e do INSS, quando constatado o atraso total ou parcial no pagamento de contribuições sociais ou a ausência de pagamento de benefício reembolsado, a lavratura de notificação de débito que ensejará a produção de defesa administrativa no prazo de trinta dias e, apenas no caso de a defesa ser rejeitada, posterior inscrição na dívida ativa do INSS e da fazenda nacional.
2. A notificação de débito, ato da fiscalização que identifica de forma clara e precisa os fatos geradores, as contribuições devidas e os períodos a que se referem, e a confissão do devedor constituem requisitos indispensáveis para o deferimento de pedido administrativo de parcelamento.
3. O parcelamento do débito relativo a contribuições devidas à seguridade social é admissível em até sessenta meses, salvo se o débito for originário de contribuição descontada de empregados, inclusive domésticos, e dos trabalhadores avulsos, hipótese em que será reduzido a trinta meses, cabendo ao devedor, no ato da formalização do pedido, recolher

de imediato o valor relativo à primeira prestação, sob pena de seu indeferimento liminar.

4. Uma firma individual, cujo titular tenha sido condenado pela prática do crime de sonegação de contribuições sociais, mediante irreal em sua escrituração contábil, desde que confesse débito apurado ou arbitrado pela fiscalização, relativo aos dezoito meses seguintes ao trânsito em julgado da sentença penal condenatória, poderá obter parcelamento desse novo débito, em até sessenta meses.
5. A execução judicial da dívida ativa do INSS, instaurável a partir da certidão textual do livro próprio em que esteja inscrita, observará o mesmo processo e os mesmos privilégios e prerrogativas da fazenda nacional.

QUESTÃO 62

Julgue os itens a seguir.

1. Os diferentes órgãos ou entidades da administração federal, estadual, do Distrito Federal (DF) ou municipal tornam-se devedores solidários em caso de mora superior a trinta dias no recolhimento das contribuições previstas pela Lei n.º 8.212/91, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.
2. Os administradores das autarquias e fundações públicas, criadas e mantidas pelo poder público, de empresas públicas e de sociedades de economia mista sujeitas ao controle da União, dos estados, do DF e dos municípios serão pessoalmente responsáveis pelas multas aplicadas em decorrência de transgressões à Lei n.º 8.212/91 e ao seu regulamento, sendo obrigatório o desconto respectivo em folha de pagamento, mediante requisição dos órgãos competentes e a partir do primeiro pagamento que se seguir à requisição.
3. Nas ações trabalhistas de que resultar o pagamento de direitos sujeitos à incidência da contribuição previdenciária, o juiz determinará, sob pena de responsabilidade, o recolhimento imediato das contribuições devidas à seguridade social, salvo se

houver reconhecido o caráter indenizatório dessas parcelas, em decisão submetida ao reexame obrigatório do tribunal competente.

4. Nas sentenças ou nos acordos celebrados perante os órgãos da justiça do trabalho ou que estejam investidos em sua jurisdição, deverão figurar, discriminadamente, as parcelas legais relativas à contribuição devida à seguridade social, sob pena de esta incidir sobre o total apurado em liquidação de sentença ou sobre o total ajustado no acordo homologado.
5. O direito de cobrança de créditos previdenciários está sujeito à prescrição de dez anos.

QUESTÃO 63

Com relação à responsabilidade solidária, julgue os itens seguintes.

1. Há solidariedade quando, na mesma obrigação, concorre mais de um credor, ou mais de um devedor, cada um com direito, ou obrigado à dívida toda.
2. O dono da obra ou condômino de unidade imobiliária, independentemente da forma de contratação da construção, da reforma ou do acréscimo, é solidário com o construtor pelo cumprimento de obrigações devidas à seguridade social, salvo se exigido do construtor o pagamento das contribuições incidentes sobre a remuneração dos segurados, incluída em nota fiscal ou fatura correspondente aos serviços prestados, quando da quitação dessa nota ou fatura.
3. O adquirente de prédio ou unidade imobiliária que realizar operação com empresa de comercialização é solidariamente responsável com esta empresa pelo recolhimento das contribuições da seguridade social.
4. As empresas que integram grupo econômico urbano ou rural são solidárias entre si pelas obrigações devidas à seguridade social, cabendo ao INSS promover a execução contra a devedora principal, inicialmente, apenas direcionando-as às demais empresas solidárias na hipótese de insolvência da primeira.

5. O contratante de serviços executados mediante cessão de mão-de-obra, inclusive em regime de trabalho temporário, responde solidariamente com a empresa executora pelas obrigações devidas à seguridade social, com exceção das contribuições incidentes sobre faturamento e lucro.

QUESTÃO 64

Julgue os itens que se seguem.

1. O titular de firma individual e os sócios de empresas por cotas de responsabilidade limitada respondem solidariamente, com seus bens pessoais, pelos débitos junto à seguridade social.
2. As empresas devem lançar mensalmente, de forma discriminada, em títulos contábeis próprios, os fatos geradores de todas as contribuições, o total das quantias descontadas, as contribuições da empresa e os totais recolhidos, mantendo os documentos correspondentes à disposição da fiscalização por apenas cinco anos.
3. As empresas deverão enviar mensalmente ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre seus empregados cópia das guias de recolhimento das contribuições devidas à seguridade social, relativamente à competência anterior, também afixando-a por um mês no quadro de horário, previsto pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
4. A comunicação de acidente de trabalho à previdência social a cargo da empresa, deve ser feita nos cinco dias seguintes a cargo da empresa, deve ser feita nos cinco dias seguintes ao da ocorrência, sob pena de multa.
5. Quando o acidente de trabalho resultar no falecimento do segurado, a comunicação à autoridade competente deverá ser feita imediatamente, sob pena de multa de valor igual ao limite máximo estabelecido para o salário-de-contribuição.

QUESTÃO 65

A propósito dos benefícios da seguridade social, julgue os seguintes itens.

1. O salário-família é devido mensalmente aos segurados empregado e trabalhador avulso, excepcionados os empregados domésticos e rural, na proporção do respectivo número de filhos ou equiparados, sendo devido cumulativamente a pai e mãe conjuntamente vinculados ao RGPS, como empregados ou trabalhadores avulsos.
2. O auxílio-doença do segurado que exerce mais de uma atividade abrangida pela previdência não será devido, se a incapacidade ocorrer apenas para o exercício de uma delas, salvo se as atividades concomitantes forem da mesma natureza.
3. Restando apurada a incapacidade definitiva para o exercício de uma das diversas atividades titularizadas pelo segurado acidentado, será cabível a conversão do auxílio-doença em aposentadoria especial, independentemente da subsistência dos demais vínculos laborais concomitantes por ele mantidos.
4. O auxílio-reclusão é devido aos dependentes do segurado recolhido à prisão que não receber remuneração da empresa nem estiver em gozo de auxílio-doença, de aposentadoria ou de abono de permanência, durante todo o período de detenção ou reclusão, devendo ser suspenso em caso de fuga e convertido em pensão, se sobrevier a morte do segurado detido ou recluso.
5. O aposentado por invalidez que recuperar a capacidade laborativa e tiver cancelado o benefício previdenciário terá garantido o direito de retornar ao emprego ocupado à data do evento, salvo se não convier ao empregador, que poderá indenizá-lo na forma da lei.

QUESTÃO 66

Julgue os itens abaixo.

1. Nenhuma empresa poderá celebrar contrato com o poder público sem a apresentação da certidão negativa de débito, a ser fornecida pelo órgão competente da previdência social, não se aplicando

tal exigência às microempresas e empresas de pequeno porte, quando se tratar do recebimento de benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

2. A existência de débito junto à seguridade social inviabilizará a alienação de bem imóvel pertencente à empresa, salvo se o débito for objeto de parcelamento deferido pela autoridade previdenciária, com a apresentação de garantia pelo devedor.
3. Os atos para os quais a lei exige a exibição da certidão negativa de débito, quando praticados com violação a esse requisito, acarretarão a responsabilidade solidária dos contratantes e do oficial cartorário que lavrar ou registrar o instrumento, sem prejuízo da multa e da responsabilização penal e administrativa cabíveis.
4. Não se exigirá a certidão negativa de débito quando do averbamento no registro de imóveis de obra de construção civil de 50 m², de caráter unifamiliar, destinada ao uso próprio, de tipo econômico e executada sem mão-de-obra assalariada.
5. A prova da inexistência de débito deve ser exigida em relação a todas as dependências da empresa, estabelecimentos e obras de construção civil executadas sob sua responsabilidade, independentemente do local em que se encontrem, ressalvado aos órgãos competentes o direito de cobrança de eventuais débitos apurados posteriormente e que se refiram ao período de quitação certificados pela previdência.

QUESTÃO 67

Julgue os itens a seguir.

1. Bens futuros, como a vinculação de parcelas do preço de bens ou serviços a serem negociados a prazo pela empresa, não são aceitos como garantia do débito previdenciário.
2. Em qualquer hipótese, o valor do bem imóvel dado em garantia de débito previdenciário deverá corresponder a, no mínimo, 100% do valor da dívida, considerado, em qualquer caso, o respectivo valor de mercado.

3. Não será emitida certidão negativa pelo INSS ou pela SRF, se o débito, devidamente contestado pela empresa no prazo de trinta dias contados do recebimento da notificação de débito, estiver pendente de julgamento, salvo se garantido mediante depósito em moeda corrente.
4. Independe da comprovação negativa de débito junto à seguridade social a lavratura ou assinatura de instrumento, ato ou contrato que constitua retificação, ratificação ou efetivação de outro anterior para o qual já tenha sido feita a prova, salvo se envolvido o poder público e já expirado o prazo de validade da certidão negativa de débito originária.
5. A existência de débito para com a seguridade social impede que a empresa distribua bonificação ou dividendo a acionista, cota ou participação nos lucros a sócio cotista ou outro membro de órgão dirigente, fiscal ou consultivo, ainda que a título de adiantamento, sujeitando-se o responsável pelo descumprimento a essa regra ao pagamento de multa equivalente a 50% do valor das quantias que tiverem sido pagas ou creditadas a partir do evento, devidamente atualizadas na forma da lei.

QUESTÃO 68

Julgue os itens seguintes.

1. A compensação ou restituição de contribuição para a seguridade social, desde que arrecadada pelo INSS, apenas poderá ocorrer na hipótese de pagamento ou recolhimento indevido.
2. As receitas da seguridade, provenientes do faturamento e do lucro das empresas, apenas serão compensadas na hipótese de manifesto equívoco contábil na sua apuração, reduzidas em qualquer caso a 30% do valor a ser recolhido em cada competência.
3. Os recursos contra o lançamento do crédito da seguridade social, relativo a contribuições arrecadadas pelo INSS, serão dirigidos às juntas recursais e interpostos no prazo de trinta dias.
4. A decisão administrativa que declarar indevida contribuição ou outra importância apurada pela

fiscalização ou que autorizar a restituição ou compensação de qualquer importância não produzirá efeito senão seu exame pela autoridade administrativa imediatamente superior.

5. Os recursos dirigidos às juntas ou câmaras da previdência independem da constituição obrigatória de garantia, salvo se envolverem o pagamento de multas por infrações à legislação previdenciária, quando o respectivo conhecimento estará condicionado à comprovação do depósito do valor discutido, em favor do INSS e atualizado monetariamente, a partir da lavratura do auto de infração.

QUESTÃO 69

Acerca dos delitos contra a seguridade social, julgue os itens que se seguem.

1. Constitui contravenção penal deixar de incluir na folha de pagamentos da empresa os segurados empregado, empresário, trabalhador avulso ou autônomo que lhe prestem serviço.
2. O não-lançamento nos títulos contábeis próprios da empresa dos valores previdenciários descontados dos segurados tipifica infração de ordem criminal, que acarreta, como consequência, a inabilitação para licitar e contratar com qualquer órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta federal, estadual, municipal ou do DF.
3. As empresas ou sujeitos a elas equiparados que descumprirem a legislação previdenciária não poderão impetrar concordata, estando sujeitas também à interdição para o exercício do comércio, caso seja sociedade mercantil ou comerciante individual, e à revisão de incentivos fiscais de tratamento tributário especial.
4. Os órgãos competentes da previdência estão autorizados a efetuar a apreensão dos comprovantes de arrecadação e de pagamento de benefícios, mediante a lavratura do termo respectivo, para fins de apuração de delitos contra a previdência.

5. A pessoa jurídica assume a condição de sujeito ativo dos delitos previstos contra a seguridade social, sem prejuízo da responsabilidade pessoal do titular de firma individual, dos sócios solidários, dos gerentes e dos diretores ou administradores que participem ou tenham participado da gestão da empresa beneficiada pelos delitos, assim como o segurado que tenha obtido vantagens.

QUESTÃO 70

Com relação ao SIMPLES, julgue os seguintes itens.

1. A opção pelo SIMPLES autoriza as empresas ao pagamento unificado de diversas contribuições sociais, inclusive a devida pelos segurados empregados, em relação à qual assume a responsabilidade pela arrecadação e pelo recolhimento.
2. As empresas que optarem pelo SIMPLES estarão dispensadas de escrituração comercial, caso mantenham em boa ordem e guarda os Livros Caixa e Registro de Inventário, hipótese em que estarão também dispensadas das obrigações acessórias previstas pela legislação previdenciária.
3. Não será admitida a opção pelo SIMPLES às empresas que possuam débito inscrito na dívida ativa do INSS, cuja exigibilidade não esteja suspensa, o mesmo ocorrendo se qualquer de seus sócios, com participação superior a 10% no capital social, mantiver, nas mesmas condições, débito junto à seguridade social.
4. A exclusão do SIMPLES será determinada de ofício, quando a pessoa jurídica criar embaraços à fiscalização, negando-se injustificadamente a exhibir livros e documentos ou a fornecer outras informações que lhe forem solicitadas.
5. Os débitos das microempresas e empresas de pequeno porte junto à seguridade social, relativos a exercícios ou competências anteriores à data da opção pelo SIMPLES, poderão ser parcelados em até setenta e duas vezes, segundo as regras definidas pelo regulamento próprio da previdência.

DIREITO TRIBUTÁRIO

QUESTÃO 71

Segundo nos parece, princípio jurídico é um enunciado lógico, implícito ou explícito, que, por sua grande generalidade, ocupa posição de preeminência nos vastos quadrantes do Direito e, por isto mesmo, vincula, de modo inexorável, o entendimento e a aplicação das normas jurídicas que com ele se conectam. Não importa se o princípio é implícito ou explícito, mas sim, se existe ou não existe. Se existe, o jurista, com o instrumental teórico que a Ciência do Direito coloca à sua disposição, tem condições de discerni-lo. De se ressaltar, com Souto Maior Borges, que o princípio explícito não é necessariamente mais importante que o princípio implícito. Tudo vai depender do âmbito de abrangência de um e de outro e, não, do fato de um estar melhor ou pior desvendado no texto jurídico. Aliás, as normas jurídicas não trazem sequer expressa sua condição de princípios ou de regras. É o jurista que, ao debruçar-se sobre elas, as identifica e as hierarquiza.

Roque Antonio Carrazza. Curso de direito constitucional tributário. 2ª ed. Coleção Textos de Direito Tributário. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1991, p.25-6.

Considerando as idéias desenvolvidas no texto e os princípios constitucionais tributários, julgue os itens a seguir.

1. Por força do princípio da legalidade estrita, aplicável ao direito tributário, em nenhum caso é possível a criação ou o aumento de tributo, a não ser por lei ordinária.
2. Criar ou instituir tributo significa, em face do princípio da legalidade, definir, na lei, hipótese de incidência, base de cálculo e alíquota, pois estes são os elementos bastantes à exigência do tributo.
3. À luz do Código Tributário Nacional (CTN) e do princípio da legalidade, se a lei não estipular prazo para o recolhimento do tributo, este só poderá ser exigido quando outra norma de igual hierarquia legislativa suprir a omissão do legislador, complementando a lei tributária.

4. O princípio da anualidade apresenta índole marcadamente democrática, uma vez que implica a necessidade de autorização dos representantes do povo, na lei orçamentária anual, para a arrecadação de determinado tributo; nada obstante, a Constituição Federal em vigor não consagra, de modo expresso, esse princípio.
5. O princípio da igualdade tributária é incompatível com a progressividade de certos tributos.

QUESTÃO 72

Novamente em relação aos princípios constitucionais tributários, julgue os itens abaixo.

1. O princípio da capacidade contributiva, previsto de forma expressa na Constituição da República, aplica-se a todos os tributos, sem exceção.
2. A despeito do princípio constitucional da liberdade de tráfego, não é inconstitucional a cobrança de pedágio pela circulação de veículos em rodovias interestaduais.
3. Todo tributo promove transferência da propriedade do contribuinte para o Estado, sendo confiscatória, porém, apenas aquela exação em que o grau dessa transferência denotar ônus fiscal insuportável e desproporcional.
4. O princípio da capacidade contributiva é inspirado essencialmente por critérios extrafiscais.
5. A despeito da formulação expressa do princípio da igualdade, não é possível invocá-lo nos casos em que a Constituição explícita ou implicitamente, admite tratamento desigual.

QUESTÃO 73

Acerca da vigência e da aplicação da legislação tributária, julgue os itens que se seguem.

1. Se os estados de São Paulo e Pernambuco firmarem convênio prevendo a vigência da legislação tributária estadual de cada uma dessas unidades da Federação no território da outra, o convênio será inevitavelmente desprovido de valor jurídico,

porquanto a legislação de cada estado só pode vigor no próprio território.

2. Se determinada lei ordinária federal sobre matéria tributária não prever o prazo para sua vigência, este deverá ser considerado indeterminado, até que a lei seja alterada ou revogada.
3. Os atos administrativos normativos em matéria tributária entrarão em vigor sempre na data de sua publicação.
4. O princípio da anterioridade, compreendido como a proibição de que a exação tributária seja cobrada no mesmo ano da lei que a instituiu ou aumentou, aplica-se a todos os tributos.
5. Estritamente de acordo com o CTN, a lei que revoga isenção relativa a imposto sobre o patrimônio ou a renda subordina-se ao princípio da anterioridade.

QUESTÃO 74

Acerca das fontes do direito tributário, julgue os itens seguintes.

1. Lei e legislação, para fins tributários, confundem-se.
2. Se decreto do Poder Executivo for publicado ostentado dispositivo que pretenda instituir novo tributo, terá conteúdo próprio de lei em sentido material, mas não será lei em sentido formal.
3. Do ponto de vista formal, a lei complementar difere da lei ordinária principalmente em razão do *quorum* específico que sua aprovação requer.
4. Tratados internacionais podem ser firmados em matéria tributária, mas devem sempre observar a legislação tributária interna em vigor.
5. No direito brasileiro, nem todos os regulamentos devem ser veiculados por intermédio de decretos.

QUESTÃO 75

Considerando os institutos da incidência, da não-incidência, da imunidade e da isenção tributárias, julgue os itens a seguir.

1. Na não-incidência, o fato materialmente ocorrido carece de determinado(s) elemento(s) que, se

existente(s), atrairia(m) a aplicação da norma jurídica.

2. Na isenção, o fato materialmente ocorrido possui todos os elementos necessários à incidência da norma jurídica tributária, mas a lei de isenção impede a cobrança do tributo.
3. Uma distinção entre imunidade e isenção decorre de a primeira derivar diretamente da Constituição, que exclui a competência tributária, ao passo que a norma estabelecida da segunda é produzida exatamente pela pessoa jurídica dotada de competência tributária.
4. Na imunidade, há norma tributária que, no entanto, não incide sobre o fato gerador.
5. São institutos idênticos a isenção e a remissão tributárias.

QUESTÃO 76

O direito tributário pertence à categoria dos direitos obrigacionais, cuja característica é a de regular relações entre dois sujeitos de direito (credor e devedor) com referência a uma prestação positiva ou negativa (objeto da obrigação). O elemento central do direito obrigacional, aquilo que constitui essencialmente o conteúdo jurídico de um direito deste tipo, é portanto a **obrigação**, que pode ser assim definida: obrigação é o poder jurídico por força do qual uma pessoa (**sujeito ativo**) pode exigir de outra (**sujeito passivo**) uma prestação positiva ou negativa (**objeto da obrigação**) em virtude de uma circunstância reconhecida pelo direito como produzindo aquele efeito (**causa da obrigação**).

Rubens Gomes de Sousa. *Compêndio de legislação tributária*. São Paulo, Instituto Brasileiro de Estudos Tributários/Resenha Tributária, 1975, p.83.

Em vista do texto, julgue os itens seguintes, relativos à obrigação tributária.

1. O direito tributário utiliza conceito específico de obrigação estruturalmente distinto daquele dos demais ramos jurídicos.
2. O conceito de obrigação tributária, nos moldes expostos pelo texto, aplica-se à obrigação tributária principal, mas não à acessória, que obedece a esquema próprio.

3. Apenas a União, os estados e o DF podem ser sujeitos ativos de tributos, no ordenamento jurídico brasileiro.
4. Fatos naturais, atos humanos e negócios jurídicos podem funcionar como suporte para a incidência da norma jurídica tributária, servindo como fato gerador do surgimento de obrigação tributária.
5. As pessoas jurídicas de direito público, inclusive a União, os estados, o DF e os municípios, podem ser sujeitos passivos de obrigações tributárias, em certos casos.

QUESTÃO 77

Ainda acerca da obrigação tributária, julgue os itens abaixo.

1. Os negócios jurídicos definidos na lei como hipótese de incidência, quando sujeitos a condição suspensiva, serão considerados consumados na ocasião em que ocorrer o implemento da condição.
2. O objeto da obrigação tributária principal nem sempre consiste em prestação de dar.
3. Transferência e substituição tributárias são casos de sujeição passiva indireta.
4. Sendo caso de solidariedade, é possível aos devedores, desde que sejam todos maiores e capazes, ajustar ordem de precedência entre si para a cobrança do tributo por parte da fazenda pública, podendo o acordo de vontades espelhado nesse negócio jurídico ser oposto ao fisco.
5. Se João e José criam sociedade de fato para a exploração do comércio ambulante de produtos estrangeiros introduzidos no país desamparados da documentação legal, ainda assim essa entidade econômica pode ser sujeito passivo de obrigação tributária.

QUESTÃO 78

Em relação à responsabilidade tributária, julgue os itens que se seguem.

1. Se a União é credora de determinado tributo e Joaquina, devedora dele, deixa de cumprir a prestação que lhe cabia, é a partir desse momento, em que há o descumprimento da obrigação tributária, que se podem aplicar as diferentes figuras da responsabilidade tributária, se couberem.
2. Configurando-se hipótese em que o responsável tributário é chamado a cumprir a obrigação não-satisfeita pelo devedor primitivo, ainda assim o crédito tributário e sua garantia serão os mesmos, pois não surge novo crédito tributário nessa situação.
3. Cabe exclusivamente à legislação tributária definir os casos de responsabilidade tributária.
4. Assim como para o devedor originário – o contribuinte –, o vínculo jurídico que impõe ao responsável o cumprimento da obrigação tributária surge para este com o fato gerador.
5. Qualquer pessoa, independentemente de sua relação com o fato gerador da obrigação tributária, pode ser apontada pela lei como responsável tributário.

QUESTÃO 79

Ainda com relação à responsabilidade tributária, julgue os itens a seguir.

1. A responsabilidade tributária por sucessão pode ocorrer *inter vivos* ou *mortis causa*.
2. Se Carla adquirir de Constantino um estabelecimento comercial, pode tornar-se responsável pelos débitos tributários decorrentes da atividade desenvolvida pelo proprietário anterior, ainda que não tenha tido nenhuma participação nos fatos que deram causa à obrigação tributária.
3. Se Júlio adquirir de Carina uma empresa com débitos junto ao fisco cujos respectivos créditos tributários estão ainda em fase de constituição, não poderá vir a ser responsabilizado por eles, em razão justamente de os créditos não estarem definitivamente constituídos.

4. Se Demóstenes adquire imóvel em hasta pública, pode, em tese, sujeitar-se a caso de responsabilidade tributária por sucessão imobiliária.
5. Considere a seguinte situação: **Marcos é devedor de tributos. Por não pagá-los, é processado pelo fisco, que obtém a decretação da penhora de um imóvel de propriedade do executado. No curso do processo, Lídia, mãe do devedor, resolve resgatar a dívida, por meio de remição.** Na situação apresentada, Lídia, a remitente, responsabilizar-se-á pelos tributos incidentes sobre o bem remido.

QUESTÃO 80

Com relação ao crédito tributário, julgue os seguintes itens.

1. O crédito tributário sempre é exigível no instante de sua constituição.
2. Se Roberto pratica ato ilícito em matéria tributária e é anistiado, a anistia exclui os efeitos jurídicos do ato ilegal, impedindo que o Ministério Público processe Roberto criminalmente.
3. O crédito tributário resulta do procedimento do lançamento, que goza de presunção absoluta de validade.
4. Se Antônia obtém medida liminar em mandado de segurança para suspender a exigibilidade de determinado crédito tributário e, no julgamento, o mandado é indeferido por sentença que transita em julgado, poderá o fisco novamente exigir a satisfação do crédito.
5. Considere a seguinte situação: **Francisco é devedor de uma instituição bancária, a quem dá, em hipoteca, o único bem que possui, uma propriedade, livre e desembaraçada de outros ônus. Posteriormente, Francisco vem a ser executado pelo fisco, que lhe cobra certo crédito tributário.** Na situação apresentada, antes de a propriedade ser vendida para o pagamento da dívida tributária, o banco, credor hipotecário, tem direito a ter satisfeito seu crédito.

QUESTÃO 81

Quanto ao lançamento, julgue os itens seguintes.

1. O imposto de renda, cuja averiguação do montante cabe primariamente ao devedor, é caso típico de tributo cujo lançamento compete ao contribuinte.
2. Mesmo nos casos de lançamento por homologação tácita e nos relativos a tributos cobrados em importância fixas, o lançamento não deixa de ter caráter obrigatório para autoridade administrativa.
3. O procedimento do lançamento subordina-se ao princípio constitucional do contraditório.
4. Na órbita administrativa, o lançamento reputa-se definitivo quando é expedida a notificação do contribuinte.
5. O crédito tributário, após formalizado por lançamento definitivo, não mais poderá ser modificado, em hipótese alguma.

QUESTÃO 82

Acerca das taxas, julgue os itens a seguir.

1. Por sua natureza tributária peculiar, as taxas devem corresponder, de modo preciso, à contraprestação pelo serviço oferecido ao contribuinte.
2. A atuação estatal que enseja a cobrança de taxa deve ser aquela prestada à coletividade globalmente considerada.
3. Se a União fiscaliza a exploração e o comércio de recursos naturais renováveis, reprimindo as ações ilícitas nessa área, tal atuação pode, juridicamente, justificar a cobrança de taxa.
4. Se um município oferece qualquer serviço a seus cidadãos, poderá cobrar taxa por isso, mesmo daqueles que jamais hajam usufruído do serviço.
5. Diferentemente do que preceitua em relação à receita decorrente da arrecadação de impostos, a legislação não prevê mecanismos de repartição de receitas tributárias oriundas da cobrança de taxas.

QUESTÃO 83

Com relação às contribuições sociais, julgue os itens abaixo.

1. As contribuições sociais possuem natureza tributária.
2. As contribuições sociais possuem finalidade eminentemente parafiscal e extrafiscal, conforme a espécie delas.
3. A Constituição da República prevê, basicamente, três espécies de contribuições sociais: as de intervenção no domínio econômico, as de interesse de categorias profissionais ou econômicas e as de seguridade social.
4. Compete exclusivamente à União instituir contribuições sociais, sendo que aos estados, ao DF e aos municípios é possível cobrar contribuição de seus servidores, para custeio, em benefício deles, de sistema de previdência e assistência social.
5. O contribuinte da contribuição instituída no interesse de categorias profissionais ou econômicas deve integrar a dita categoria.

QUESTÃO 84

Com referência ao processo administrativo fiscal, regido pelo Decreto n.º 70.235, de 6 de março de 1972, julgue os itens que se seguem.

1. O início do procedimento fiscal por ato de ofício exclui a espontaneidade do sujeito passivo em relação aos atos anteriores.
2. Para a realização de diligências e perícias no processo administrativo fiscal, a requerimento do contribuinte, bastará que este indique qual espécie de diligência ou perícia é de seu interesse.
3. As provas documentais desejadas pelo contribuinte deverão ser apresentadas juntamente com a impugnação à ação fiscal, não se admitindo juntada posterior de documentos, em nenhuma hipótese.
4. A intimação ao contribuinte de qualquer ato do procedimento só poderá ser realizada pessoalmente.

5. No processo administrativo fiscal, ao lado dos recursos voluntário, existe a figura do recurso de ofício, cabível em certos casos.

QUESTÃO 85

Acerca dos crimes contra a ordem tributária, nos termos da Lei n.º 8.137, de 27 de dezembro de 1990, julgue os itens seguintes.

1. O delito de redução de tributo tem natureza de crime material, isto é, só se caracteriza se houver diminuição ilícita no recolhimento devido pelo agente.
2. A lei prevê também, como delitos contra a ordem tributária, certos crimes formais, isto é, que são considerados consumados independentemente de resultado lesivo ao erário.
3. Os crimes contra a ordem tributária atribuíveis a particular exigem o chamado dolo específico, ou seja, a vontade do autor do ato ilícito deve estar voltada à ofensa à legislação tributária.
4. Além da responsabilidade da pessoa física praticante do crime, a legislação penal prevê, igualmente, responsabilidade penal da pessoa jurídica que houver lesado o fisco.
5. A simples circunstância de ser sócio não implica, necessariamente, responsabilidade penal por atos produzidos no âmbito da pessoa jurídica que firmam a legislação tributária.

LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

QUESTÃO 86

Tício celebrou o primeiro contato de trabalho de sua atividade laboral com a empresa X em 3/1/96, vindo a ser demitido sem justa causa em 10/4/96. Tício só conseguiu novo emprego em 15/8/96, junto à empresa Y, sendo novamente demitido sem justa causa em 20/3/97. Novo contrato de trabalho de Tício só foi celebrado em 14/7/97, agora com a empresa Z, consumando-se a sua demissão, também sem justa causa, em 10/2/98. Em 20/2/98, Tício requereu o benefício do

seguro-desemprego. Considerando que as sucessivas relações laborais – todas por prazo indeterminado – foram regularmente anotadas na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) de Tício, julgue os itens que se seguem.

1. Tício terá direito à percepção do seguro-desemprego, desde que comprove o recolhimento mensal das contribuições previdenciárias devidas ao INSS nos períodos em que esteve desempregado. No período em que não havia contrato de trabalho em vigor, Tício deveria ter recolhido as contribuições na qualidade de autônomo.
2. O período de duração do seguro-desemprego é proporcional ao tempo de serviço em que o beneficiário esteve vinculado a um ou mais contratos de trabalho. Assim, Tício terá direito ao período máximo de seis meses contínuos de fruição do benefício.
3. Tício não terá direito ao seguro-desemprego se, entre os sucessivos contratos de trabalho, esteve em gozo de algum benefício previdenciário.
4. O valor que vier a ser pago a Tício, a título de seguro-desemprego, será apurado em função da média dos salários pagos pelas empresas X, Y e Z, devidamente atualizados monetariamente.
5. Tício terá direito ao seguro-desemprego, mas deverá formular novo requerimento, já que o benefício não pode ser solicitado antes de ultrapassados trinta dias da data da rescisão contratual.

QUESTÃO 87

O art. 443, parágrafos 1.º e 2.º, da CLT preceitua:

- § 1.º Considera-se como de prazo determinado o contrato de trabalho cuja vigência dependa de termo prefixado ou da execução de serviços especializados ou ainda da realização de certo acontecimento suscetível de previsão aproximada.
- § 2.º O contrato por prazo determinado só será válido em se tratando:
- a) de serviço cuja natureza ou transitoriedade justifique a predeterminação do prazo;

- b) de atividades empresariais de caráter transitório;
- c) de contrato de experiência.

Recentemente, porém, foi editada a Lei n.º 9.601, de 21/1/98, por meio da qual as regras da CLT relativas ao contrato de trabalho por prazo determinado foram sensivelmente alteradas. A respeito dessa nova disciplina legal, julgue os itens abaixo.

1. Redução de alíquotas das contribuições sociais está condicionada a que, no momento da celebração do contrato por prazo determinado, o empregador não esteja inadimplente junto ao INSS nem ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
2. Uma empresa com a média de quinhentos empregados registrados nos últimos seis meses não poderá ter mais de cento e vinte e cinco empregados (25%) contratados por prazo determinado.
3. A celebração de contratos de trabalho por prazo determinado efetiva-se por deliberação unilateral do empregador, sendo necessária, porém, a obtenção de autorização do Ministério do Trabalho, por meio da Delegacia Regional do Trabalho.
4. Terá direito à estabilidade provisória a gestante contratada sob essa nova modalidade de contrato de trabalho por prazo determinado.
5. Se o contrato de trabalho por prazo determinado for prorrogado mais de uma vez, passará a vigorar sem determinação de prazo.

QUESTÃO 88

Julgue os itens seguintes, à luz das leis trabalhistas brasileiras.

1. Considerando que empregando e empregador celebraram contrato de trabalho na sede da empresa, na cidade da empresa, localizada na cidade de São Paulo - SP, ajustando-se, entre outras cláusulas, que a prestação laboral ocorria no estabelecimento do empregador situado na cidade de Santo André – SP, sabendo que o empregado reside na cidade de São Bernardo do Campo –SP, é correto afirmar que serão

competentes para processar e julgar as eventuais reclamações trabalhistas, decorrentes desse contrato de trabalho, as juntas de conciliação e julgamento com jurisdição sobre o município de Santo André – SP.

2. Considerando que um empregado realizou trabalho noturno somente nos seis primeiros meses da relação laboral, tendo recebido regularmente o respectivo adicional, então, quando for fluir suas férias, o empregado não receberá qualquer importância relativa ao adicional por trabalho noturno, já que a remuneração das férias corresponde àquela que for devida ao empregado na data da sua concessão.
3. Considere que por ter sido frustrada uma negociação coletiva, o sindicato dos trabalhadores ajuizou dissídio coletivo tentando obter a elevação dos salários da categoria e o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) concedeu, então, o reajuste de 10% para toda a categoria. Nessas condições, se o empregador não obedecer ao comando da sentença normativa do TRT, o sindicato poderá, após o prazo legalmente definido, requerer a execução do julgado, pois o processo de conhecimento já se terá esgotado.
4. Se um sindicato profissional recusou-se a celebrar convenção coletiva de trabalho, proposta pelo sindicato patronal, mediante a qual se pretendia afastar a obrigatoriedade do pagamento do adicional de horas extras em troca de uma diminuição, correspondente ao excesso, em outro dia, então o sindicato profissional agiu corretamente, ao sustentar a inexistência, no ordenamento jurídico, de norma que autorizasse aquela negociação, de forma a fazer prevalecerem as normas protetivas que regulam a duração da jornada de trabalho.
5. Suponha que os trabalhadores de um empresa tenham adotado o procedimento denominado **excesso de zelo** – mediante o qual não paralisaram as atividades, mas produziram menos e mais lentamente, sob o pretexto de maior cuidado na produção. Nessas condições, essa conduta não é considerada forma legítima de exercício do direito de greve.

Julgue os itens a seguir, relativos à prescrição em matéria trabalhista.

1. Considere que um empregado urbano deixou de pagar a um empregado determinada gratificação – prevista no contrato de trabalho – desde o início da relação laboral. Sabendo que o contrato iniciou-se em 7/1/87, tendo havido despedida indireta em 7/1/94, e que, em 8/1/96, o empregado ingressou com reclamação trabalhista, então, argüida a prescrição pelo reclamado, foi correta a decisão da junta de conciliação e julgamento que reconheceu estarem prescritas apenas as parcelas relativas ao período compreendido entre 7/1/87 e 7/1/91.
2. Suponha que um trabalhador rural, contratado em 6/10/88 e despedido por justa causa em 2/3/98, ingressou com reclamação trabalhista contra o seu ex-empregador em 3/3/98, postulando o pagamento de adicional de horas extras e tendo provado que o serviço extraordinário foi realizado durante todo o período de vigência do contrato de trabalho. Então, argüida a prescrição, foi correta a decisão da junta de conciliação e julgamento que não a acolheu, em qualquer extensão, tendo em vista que o empregador nunca comprovava em juízo o cumprimento de suas obrigações para com o reclamante.
3. Consideram-se prescritas, a partir de 8/5/97, as férias relativas ao período de 9/5/91 a 8/5/92 de um contrato de trabalho cuja relação laboral não tenha sofrido solução de continuidade.
4. Se um empregado ingressou com reclamação trabalhista postulando o pagamento das parcelas relativas ao FGTS, não-recolhidas sobre a remuneração que lhe fora efetivamente paga, então foi correta a decisão da junta de conciliação e julgamento que rejeitou a argüição de prescrição do reclamado sob o fundamento de que o prazo prescricional, no caso, seria de trinta anos.
5. Considere a seguinte situação: **Um empregado, contratado em 14/2/90, ajuizou reclamação trabalhista contra o seu ex-empregador em**

14/2/95 – um dia depois de ser despedido. Tendo o reclamante deixado de comparecer à audiência de conciliação e julgamento, a ação foi arquivada. Em 14/2/96, o empregado ajuizou nova reclamação trabalhista, formulando pedido idêntico àquele apresentado na ação arquivada. Nessas condições, foi correta a decisão da junta de conciliação e julgamento que refutou a argüição de prescrição das verbas correspondentes ao período de 14/2/90 a 14/2/91, argumentando que o arquivamento da reclamação interrompera a prescrição.

QUESTÃO 90

Julgue os seguintes itens, acerca das regras relativas à remuneração de empregados com relações de trabalho regida pela CLT.

1. A existência de quadro de carreira em uma empresa impede o acolhimento, pelo Poder Judiciário, do pedido de um empregador que pugna pela percepção de salário idêntico ao de um paradigma que já tenha recebido promoções.
2. A demissão por justa causa de um empregado que tenha trabalhado por mais de doze meses na empresa não prejudica o seu direito ao pagamento das férias – simples ou em dobro – cujos períodos aquisitivos já se tenham completado. Nas mesmas condições, porém, o empregado não tem direito ao pagamento proporcional das férias cujo período aquisitivo esteja incompleto. Já o empregado demitido sem justa causa antes de o contrato de trabalho completar doze meses de vigência tem direito ao pagamento proporcional das férias cujo período aquisitivo esteja incompleto.
3. O pagamento das comissões só é exigível pelo empregado depois de ultimada a transação a que se referem. Não havendo, pois contrato individual ou norma coletiva que disponha de forma diversa, na hipótese de vendas em que se ajusta o pagamento mediante prestações mensais, o comissionista só estará autorizado a exigir o pagamento proporcional

das comissões à medida que forem vencendo as parcelas ajustadas na venda de mercadoria.

4. Nenhuma forma de remuneração expressa no contrato individual de trabalho – menos favorável ao empregado – que contrarie normas de convenção ou acordo coletivo de trabalho poderá prevalecer no curso da relação laboral.
5. O trabalho realizado sob circunstância especiais enseja o pagamento de um adicional ao empregado, o qual se incorpora à remuneração do trabalhador que o receber por mais de um ano. Por exemplo, o empregado que trabalha no período identificado como **noturno** faz jus a um adicional de 20% sobre a remuneração; e o empregado que trabalha em ambiente de grau máximo de insalubridade tem direito a um adicional de 40% sobre o valor do salário mínimo.

QUESTÃO 91

Julgue os itens que se seguem, relativos ao horário regular de trabalho.

1. A lei prevê diferentes períodos de descanso para o trabalhador, impondo, também, a obrigação de o empregador remunerar o empregado em alguns períodos em que não há prestação de serviços.
2. Entre duas jornadas de trabalho, deve haver um período mínimo de onze horas consecutivas para descanso, as quais não serão remuneradas.
3. O intervalo para alimentação, no curso de uma jornada de oito horas, não poderá ser superior a duas horas – salvo acordo escrito ou contrato coletivo dispondo em contrário.
4. O empregado que realiza sete horas de trabalho noturno recebe remuneração correspondente a oito horas trabalhadas no período diurno.
5. O registro do horário da entrada e da saída de cada empregado só é obrigatório para os estabelecimentos que tenham mais de dez empregados.

QUESTÃO 92

Julgue os itens abaixo, relativos à disciplina legal de diferentes relações de trabalho.

1. As instituições beneficentes não se enquadram na definição legal de **empregador**, mas, para os efeitos da relação de emprego, são equiparadas àquela figura jurídica, quando admitem trabalhadores como empregados.
2. Não há solidariedade pelas obrigações trabalhistas entre as empresas de um grupo econômico quando cada qual é dotada de personalidade jurídica própria.
3. Embora o empregador doméstico não desempenhe atividade econômica, diversos direitos atribuídos aos empregados são garantidos também aos trabalhadores domésticos, como, por exemplo, o décimo terceiro salário, o seguro-desemprego, o aviso prévio, a licença à gestante e o seguro contra acidentes de trabalho.
4. O estágio não cria vínculo empregatício. Todavia, para que o contrato não seja descaracterizado, o estagiário deverá estar matriculado e freqüentando curso de nível superior ou curso profissionalizante de 1.º ou de 2.º graus.
5. O FGTS e a duração do trabalho normal não-superior a oito horas diárias, entre outros, são direitos garantidos ao trabalhador rural.

QUESTÃO 93

Julgue os itens que se seguem, a respeito de alteração, suspensão e interrupção do contrato de trabalho.

1. A alteração de um contrato individual de trabalho só será válida quando se implementar mediante mútuo consentimento e não resultar em prejuízos para o empregado. Assim, não se admite a alteração unilateral mediante a qual o empregador reverta ao cargo efetivo o empregado que se encontrava no exercício de função de confiança.
2. O empregador não pode, sem a anuência do empregado transferi-lo para outro estabelecimento, da empresa, ainda que tal transferência não acarreta a mudança de domicílio do trabalhador.

3. A suspensão do empregado por mais de trinta dias enseja sua despedida indireta.
4. A ausência do empregado acidentado ao trabalho caracteriza, nos primeiros quinze dias, interrupção do contrato de trabalho; a partir do décimo sexto dia de ausência, restará caracterizada a suspensão do contrato.
5. No período de férias do empregado, o contrato de trabalho permanece suspenso, já que o trabalhador deixa de prestar serviços ao empregador.

DIREITO COMERCIAL

QUESTÃO 94

Os comerciantes individuais e as sociedades comerciais necessitam de um nome para exercerem as suas atividades mercantis. As regras disciplinadoras da composição dos nomes comerciais ou nomes empresariais, terminologia adotada pela legislação vigente sobre registro público de empresas mercantis, constam de forma dispersa no Código Comercial e nas legislações que cuidam das diversas sociedades comerciais. A respeito desse tema, julgue os seguintes itens.

1. Comerciantes individuais devem adotar como nome empresarial a firma individual.
2. As sociedades anônimas podem ser identificadas pelo termo **companhia**, por extenso ou abreviadamente, sendo vedado, porém, o uso desse termo ao final da denominação.
3. Sociedades por quotas de responsabilidade limitada podem usar, indistintamente, razão social ou denominação, acrescidas, em qualquer caso, do termo **limitada**, por extenso ou abreviadamente.
4. Título de estabelecimento, também chamado de nome de fantasia, é uma modalidade de nome empresarial que somente pode ser utilizadas por sociedades anônimas.
5. A proteção ao nome empresarial decorrerá do seu registro, a ser efetuado no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

QUESTÃO 95

Diversas sociedades comerciais são, até os dias de hoje, disciplinadas pelo Código Comercial de 1850. As responsabilidades assumidas pelos sócios em decorrência dos atos praticados em nome da sociedade levam a maioria das pessoas interessadas em constituir sociedades comerciais a organizarem-se em sociedades por quotas de responsabilidade limitada ou em sociedades anônimas. Acerca da responsabilidade civil dos sócios e da personalidade jurídica da sociedade comercial, julgue os itens abaixo.

1. Decretada a falência de uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, os sócios responderão solidária e ilimitadamente pelas dívidas não-quitadas pela sociedade.
2. A responsabilidade do acionista, em uma sociedade anônima, limita-se ao valor de emissão das ações por ele subscritas ou adquiridas.
3. A teoria da desconsideração da personalidade jurídica de sociedades comerciais não tem sido utilizada no Brasil, em face da ausência de legislação que determine a sua aplicação.
4. As sociedades comerciais têm reconhecida sua personalidade jurídica quando o seu contrato ou estatuto social está devidamente registrado.
5. Em decorrência de atos normais de gestão, todos os sócios quotistas de sociedades por quotas de responsabilidade limitada responderão limitadamente pelo valor do capital social, exceto os gerentes, que têm responsabilidade ilimitada pelos atos por eles praticados em nome da sociedade.

QUESTÃO 96

A Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre sociedades por ações, foi recentemente alterada com a vigência da Lei n.º 9.457, de 5 de maio de 1997. Considerando as novas regras relativas às sociedades anônimas, julgue os itens seguintes.

1. Ações endossáveis poderão ser emitidas por companhias de capital fechado.

2. A administração de sociedades anônimas incumbe à diretoria, que deverá ser indicada entre os acionistas.
3. As ações preferenciais conferirão a seus titulares preferências que consistirão no direito a dividendos no mínimo 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, salvo no caso de ações com direito a dividendos fixos ou mínimos, cumulativos ou não.
4. As debêntures não poderão ser emitidas sob a forma endossável ou ao portador.
5. Deliberação de assembléia geral que vise à mudança do objeto da companhia somente será efetivada com a aprovação de acionistas que representem, no mínimo, metade das ações com direito a voto, podendo ser estabelecido *quorum* mais qualificado pelo estatuto de companhias de capital fechado.

QUESTÃO 97

A respeito de títulos de crédito, julgue os itens a seguir.

1. O prazo prescricional da ação executiva do cheque é de seis meses, contados da data de emissão do título.
2. Duplicata mercantil, ainda que não tenha sido aceita, mas desde que protestada e acompanhada de documento que comprove efetivamente a entrega e o recebimento da mercadoria, poderá ser executada.
3. As notas promissórias distinguem-se das letras de câmbio, entre outros aspectos, pelo fato de que a primeira é uma promessa de pagamento, enquanto a segunda é uma ordem de pagamento.
4. Notas promissórias não admitem aceite cambial.
5. Pela simples assinatura do sacado, lançada na face da letra de câmbio, presume-se o aceite.

QUESTÃO 98

Determinada letra de câmbio foi emitida pela sociedade comercial A contra a sociedade B, sendo indicada como beneficiária do título a sociedade C. O título recebeu o aval da sociedade D. A letra foi endossada pelo beneficiário em favor da sociedade E. Não tendo sido efetuado o pagamento do título em seu vencimento, o endossatário – sociedade E – propôs ação executiva

contra as sociedades A, B, C e D. Em face dessa situação, julgue os seguintes itens.

1. A sociedade comercial D, avalista da letra, somente poderá ser executada após a execução do seu avalizado.
2. Na ausência de indicação expressa em favor de quem foi dado o aval prestado pela sociedade D, presume-se que este tenha sido prestado em favor da sociedade A, sacadora da letra.
3. A sociedade B, caso não tenha aceitado pagar a letra, não terá qualquer responsabilidade pelo seu pagamento.
4. A sociedade C, endossante, não terá responsabilidade pelo pagamento do título, salvo se, ao efetuar seu endosso, tiver expressamente indicado que terá responsabilidade pelo seu pagamento.
5. A sociedade A, emitente da letra, somente poderá ser executada após o protesto do título, salvo se constar determinação expressa em sentido contrário no próprio título.

QUESTÃO 99

Determinado indivíduo adquiriu um veículo usado de uma revendedora de automóveis. Após alguns dias de uso, o veículo incendiou-se em decorrência de problemas mecânicos e elétricos, que não haviam sido mencionados pelo vendedor por ocasião da venda. Em virtude desse incêndio, o comprador sofreu ferimentos que o obrigaram a internar-se em uma clínica particular. Em face dessa situação, julgue os itens que se seguem.

1. Em virtude de o carro ser usado, a relação jurídica estabelecida não é regulada pelo Código de Defesa do Consumidor.
2. O vendedor responderá pelo vício do produto, desde que comprovada a sua culpa pelo comprador.
3. As despesas médicas realizadas pelo comprador do veículo caracterizam a responsabilidade pelo fato do produto.
4. Pelo vício do produto, somente poderá ser demandada pelo comprador a pessoa, física ou jurídica, que lhe vendeu o automóvel, restando os

demais fornecedores desobrigados perante o comprador.

5. Seria válida a cláusula que, expressamente prevista no contrato, devolvesse ao consumidor o ônus da prova.

QUESTÃO 100

Em relação à falência, julgue os itens abaixo.

1. As ações em que a sociedade comercial falida atuava, antes da decretação da quebra, na qualidade de autora, não serão atraídas pelo juízo universal da falência.
2. O crédito fiscal, disciplinado nos termos da Lei n.º 6.830/80, não está sujeito a habilitação na falência.
3. De acordo com a classificação dos créditos na falência, dívidas para com o INSS terão prioridade em relação a dívidas de natureza tributária dos estados ou dos municípios.
4. Comerciantes de fato não poderão ter decretada sua falência.
5. Caso não tenha cometido crime falimentar, com a sentença declaratória da extinção de suas obrigações, o falido fica autorizado a exercer o comércio.